

# RELATÓRIO E CONTAS

# 2018

## ÍNDICE

	Pág.
- ÓRGÃOS SOCIAIS	
- RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
- SÍNTESE DA ACTIVIDADE	2
- ANÁLISE DA ACTIVIDADE	3 a 9
- APLICAÇÃO DE RESULTADOS	9
- AGRADECIMENTOS	10
- BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	11 a 12
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES	13
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	14
- DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	15
- ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16 a 40
- CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	41 a 44
- RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	45



## **ORGÃOS SOCIAIS**

### **ASSEMBLEIA GERAL**

Presidente	- Dr. Leonel Marques Mandeiro da Silva
Vice-Presidente	- D. Maria Evangelina António Machadinho
Secretário	- Engº. José Miguel Belmonte Ribeiro Vaz Fragoso

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente	- Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal	- Dr. David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	- Engº. Carlos Luis Osório Gomes
Vogal	- Dr. António Carlos Mariano de Sousa
Vogal	- Dr. Leonel Marques Mandeiro da Silva

### **CONSELHO FISCAL**

Presidente	- Dr. João Miguel Rita Mafra
Vogal	- Dr. Filipe Machado Anahory Garin
Revisor Oficial de Contas	- Oliveira, Reis e Associados, Sociedade Revisores de Contas- Representada por Dr. Joaquim Oliveira de Jesus.
1º Suplente	- Dr. Fernando Marques Oliveira (Revisor de Contas)
2º Suplente	- Drª. Ana Cristina Torres Vasconcelos Cardoso

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exm<sup>o</sup>.s Senhores Acionistas

Apresentamos a V.Ex<sup>a</sup>.s o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, em conformidade com os artigos 65<sup>o</sup> e 66<sup>o</sup> do Código das Sociedades Comerciais.

O capital social da EVA-Transportes, SA, apresenta-se, em 31 de Dezembro de 2018, com a seguinte composição:

2018	
CAPITAL (€)	%
Rodoviária do Alentejo, SA	9.905.760 99,9999
Trabalhadores, Emigrantes e Peq.Subscritores	500 0,0001
TOTAL	9.906.260 100,0

O quadro seguinte evidencia as participações financeiras detidas pela empresa, em 31 de dezembro de 2018.

EVA-TRANSPORTES,SA	100,00%	FROTA AZUL (ALGARVE) TRANSPORTES E TURISMO, LDA
	100,00%	TRANSOL –TRANSPORTES E TURISMO, SA
	100,00%	PXM-TRANSPORTES RODOVIÁRIOS URBANOS DE FARO,SA
	100,00%	TRANSLAGOS -TRANSPORTES PÚBLICOS, LDA
	99,99%	BARRAQUEIRO BRASIL PARTICIPAÇÕES, LTDA
	40,00%	ISIDORO DUARTE, SA
	12,30%	REDE NACIONAL DE EXPRESSOS, LDA

## SÍNTESE DA ACTIVIDADE INTRODUÇÃO

Concluído o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentam-se seguidamente algumas considerações sobre a actividade desenvolvida pela empresa:

- O ano de 2018 ficou marcado, como tínhamos previsto, no que diz respeito aos fatores exógenos à actividade, pelo comportamento dos custos com o gasóleo que se agravou em 8,9% relativamente ao ano anterior, tendo atingido um aumento de 480.146,04.
- A inversão da persistente tendência de redução na procura de transporte nas carreiras interurbanas tem tido uma nova tendência marcante, já verificada nos dois anos anteriores, tanto mais que se expressou não só na venda avulsa de bilhetes, como também nos restantes títulos de transporte, permitindo um aumento global de 3,6% nos proventos.

- A redução de 0,5% número de chegadas ao Aeroporto de Faro face ao ano anterior, teve reflexos nos correspondentes transportes de natureza turística.
- No que diz respeito aos alugueres ocasionais, que cresceram 22,5% relativamente ao ano anterior, 80,7% do acréscimo no montante de 317.418,93, foram serviços requisitados pela CP.

## **ANÁLISE DA ACTIVIDADE**

### **PROCURA**

A procura somou 5.473.290 passageiros, dos quais 5.062.043 no serviço Social e 417.247 no serviço Comercial (Expresso de Qualidade).

Nos transportes interurbanos assistiu-se à subida de proveitos de 3,6% o que corresponde a um comportamento bastante positivo, tanto mais que em 2018 ocorreu um aumento tarifário de 1,5%.

Este acréscimo de proveitos decorre sobretudo de clientes não habituais que utilizam títulos de transportes para cada uma das viagens.

No Expresso de Qualidade assistiu-se a uma diminuição de 0,6% nos proveitos gerados, decorrente de um decréscimo de passageiros de 1,5%, e do aumento do proveito/passageiro de 0,9%. Nos Expressos enquadrados na Rede de Expressos, na qual somos acionistas, a melhoria dos proveitos cifrou-se em 7,5%

Os proveitos nos Alugueres Fixos decresceram 3,4%, resultado da entrada de um novo operador de handling na placa do Aeroporto de Faro.

A actividade dos transportes de natureza turística revelou uma significativa descida de 23,4% no nível de proveitos a que se tinha assistido no ano transato, fruto da redução do número de turistas chegados ao Aeroporto de Faro com perfil próprio de utilizadores do serviço de transferes das agências de viagens

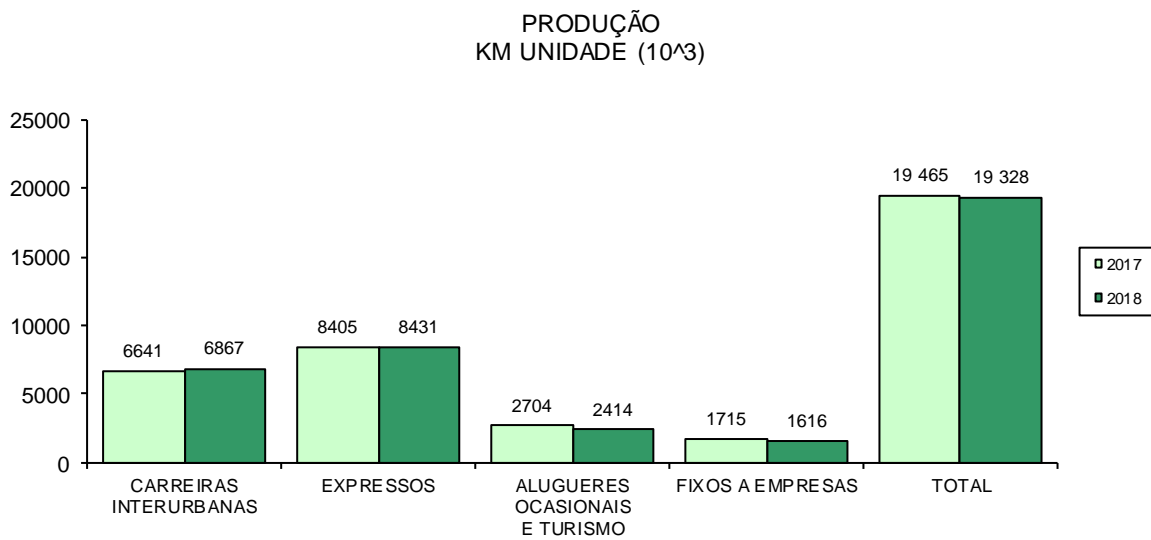
Nos transportes regulares internacionais, não registamos qualquer actividade no decorrer do ano.

Os Ocasionais Diversos apresentam um comportamento positivo muito significativo, que em valor atingiu um crescimento de 393.929,38, o que corresponde a um incremento de 22,5%, situação que mais significado comporta se atendermos que já no ano anterior a atividade tinha registado um aumento de 18,4%.

Em termos globais a prestação de serviços subiu 2,2%, relativamente ao ano anterior.

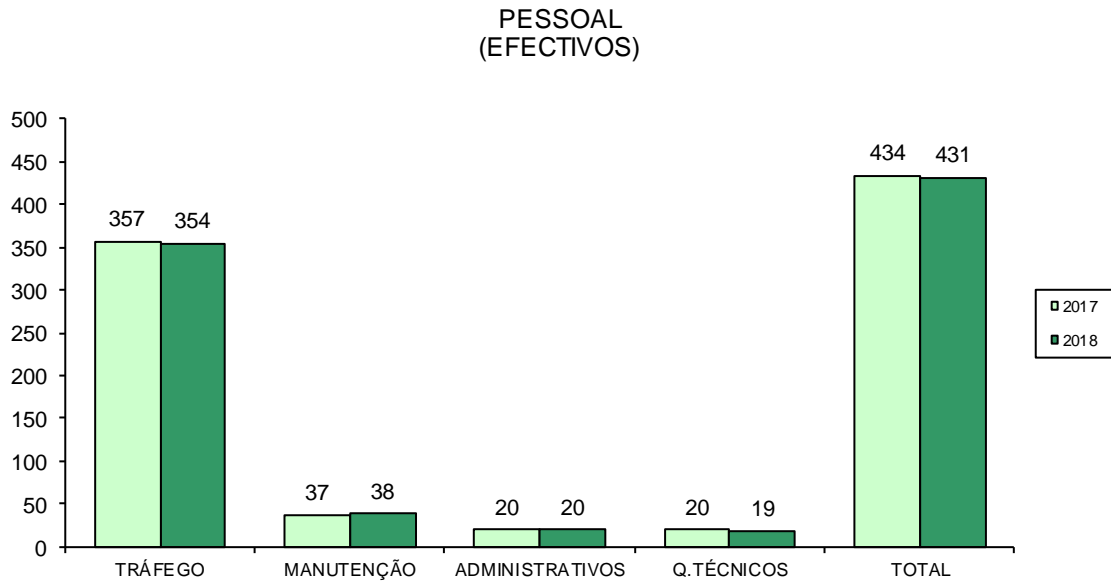
### PRODUÇÃO

A distribuição por áreas de actividade é espelhada no quadro seguinte:

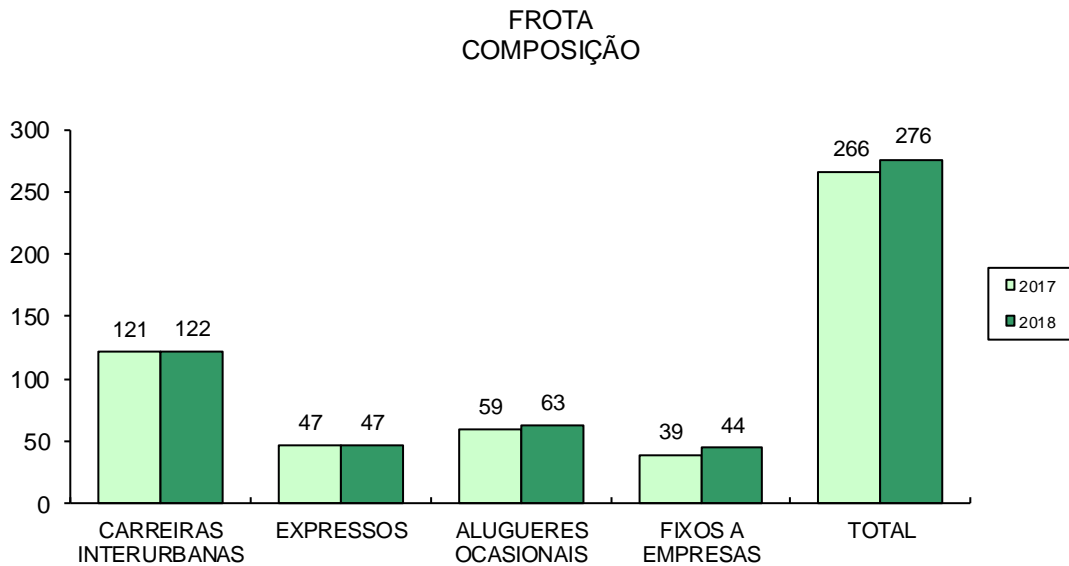


### PESSOAL E FROTA

A evolução dos efetivos do quadro, por categorias profissionais é evidenciada no gráfico seguinte:



Por sua vez a tipologia da frota de exploração em 31-12-2018 é espelhada no gráfico que se apresenta seguidamente:





Sinteticamente, os indicadores seguidamente apresentados espelham, quer a produtividade alcançada, quer a adequação dos meios que se atingiu no período em análise:

	2017	2018	$\Delta$ 2018/2017 %
VKM/VIATURA MÉDIA	72.800	70.389	(3,3)
VKM/MOTORISTA MÉDIO	59.276	58.732	(0,9)
VKM/HORAS TOTAIS TRABALHADAS	18.294	18.231	(0,3)
MOTORISTA MÉDIO/VIATURA MÉDIA	1,228	1,198	(2,4)
EFETIVO DE MANUTENÇÃO/VIATURA MÉDIA	0,133	0,124	(6,8)
EFETIVO TOTAL/VIATURA MÉDIA	1,631	1,571	(3,7)

## RESULTADOS

Os proveitos e os custos foram em 2018, respetivamente, de 34.858.765,16 e 32.569.505,14, tendo-se assim atingido o resultado antes de impostos de 2.289.260,02 que representa um decréscimo de 27,5%.

O quadro seguinte sintetiza os resultados alcançados:

RESULTADO	2017	2018
Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	6.780.348,50	5.972.484,04
Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	4.543.918,74	3.432.706,16
Antes de Impostos	3.156.284,24	2.289.260,02
Líquido do Período	2.959.672,29	2.185.311,52

Os transportes interurbanos contribuíram para os proveitos com 8.748.869,48 e o transporte de natureza comercial com 19.537.116,54 representando respectivamente 30,9% e 68,7% dos serviços prestados, os quais correspondem a 81,1% do total de proveitos.

Os gráficos seguintes mostram a distribuição da prestação de serviços alcançados em 2017 e 2018:

### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2017



### PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2018



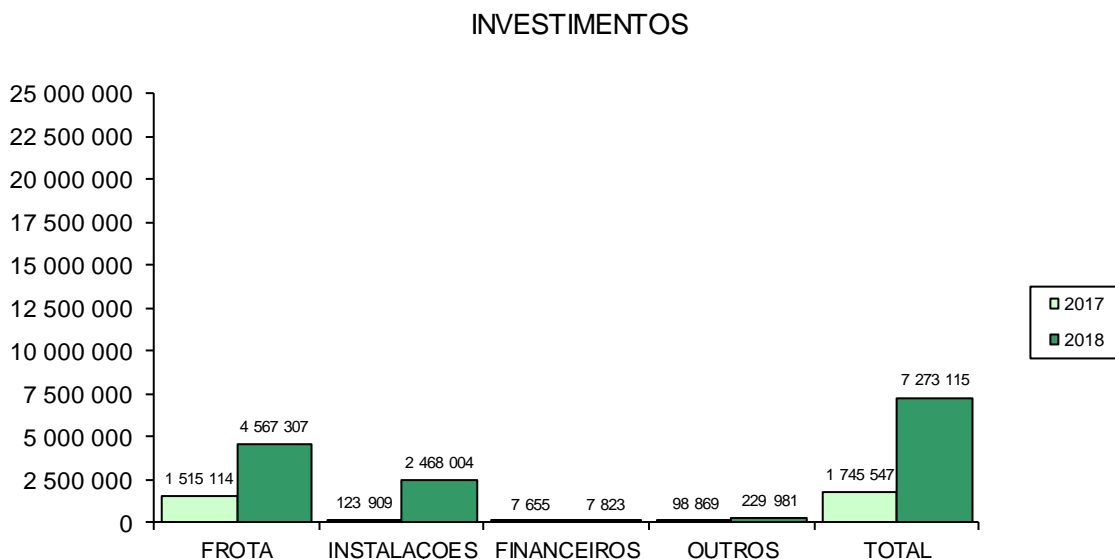
Para o exercício da actividade, em 2018, suportaram-se gastos com o pessoal 10.996.479,27, custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas de 6.876.475,11, com fornecimentos e serviços externos de 10.253.305,85, os quais adicionados o valor de 2.539.777,88 de gastos/reversões de depreciação e de amortização mais a perda das imparidades (perdas/reversões) de 38.808,60, bem como 234.146,13 relativos a gastos e perdas perfaz o total dos custos operacionais de 30.938.992,84.

O mapa seguinte evidencia a evolução e o peso relativo dos diversos custos operacionais:

CUSTOS OPERACIONAIS				€
2017		2018		
VALOR	%	VALOR	%	
GASTOS COM O PESSOAL	10.355.711,58	35,2	10.996.479,27	35,6
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	6.902.366,42	23,5	6.876.475,11	22,2
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	9.597.441,11	32,6	10.253.305,85	33,1
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	2.236.429,76	7,6	2.539.777,88	8,2
IMPARIDADES (PERDAS/REVERSÕES)	37.351,93	0,1	38.808,60	0,1
OUTROS GASTOS E PERDAS	285.260,21	1,0	234.146,13	0,8
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	29.414.561,01	100,0	30.938.992,84	100,0

## INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados, no montante de 7.273.114,58 representam 153,9% dos fundos gerados, e tiveram a seguinte composição:



A capacidade de auto financiamento de 4.725.089,40 decorreu de um resultado líquido de 2.185.311,52 e dos gastos/reversões de depreciação e amortizações de 2.539.777,88.

## **PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE**

O ano de 2019 será ficar ainda marcado pelo novo enquadramento legal da actividade do serviço público regular de transporte de passageiros decorrente da Lei 52/2015, de 9 de junho.

O impacto que o Brexit terá numa eventual maior desvalorização da libra inglesa, terá naturalmente reflexos no número de britânicos que se deslocam ao Algarve, no gozo de férias, componente maioritária no mercado turístico do Algarve.

A atenuação da perceção de insegurança em mercados concorrentes do Algarve conjugada com a maior agressividade desses destinos terá também reflexos no balanço turístico de 2019.

## **SEGURANÇA SOCIAL**

A sociedade encontra a sua situação contributiva com a Segurança Social regularizada consubstanciada na Certidão emitida pelo organismo competente.

## **APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

Tendo em consideração os resultados líquidos apurados no exercício findo em 31/12/2018 de 2.185.311,52 provenientes de um resultado antes de impostos de 2.289.260,02 e da provisão criada face ao imposto estimado para o período de 103.948,50, o Conselho de Administração decidiu submeter à Assembleia Geral da sociedade a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Resultados Transitados	:	185.311,52
Dividendos		2.000.000,00

## AGRADECIMENTOS

Deseja o Conselho de Administração agradecer expressamente a todas as entidades que apoiaram a sua actividade e, em especial:

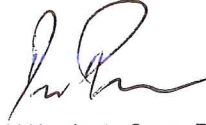
- Aos accionistas pela confiança depositada e pela forma como acompanharam o evoluir dos negócios;
- Ao Conselho Fiscal pela sua sempre útil colaboração;
- Aos colaboradores pelo empenhamento e dedicação, contribuindo, assim, para os resultados atingidos.

Faro, 8 de Março de 2019

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



(Humberto Manuel dos Santos Pedrosa)



(David Humberto Canas Pedrosa)



(Carlos Luís Osório Gomes)



(António Carlos Mariano de Sousa)



(Leonel Marques Mandeiro da Silva)


## Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		31/12/18	31/12/17
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	4	15 346 206	10 491 931
Goodwill	6	0	249 352
Ativos intangíveis	6	9 065 000	14 017 000
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	7	1 711 049	1 717 919
Outros investimentos financeiros	7	45 957 309	45 949 487
		<b>72 079 564</b>	<b>72 425 688</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	9	693 744	649 464
Clientes	10	2 301 230	2 065 776
Estado e outros entes públicos	11	94 214	332 180
Empresas do grupo	17	6 185 472	5 865 062
Outros créditos a receber	10	3 572 700	2 362 605
Diferimentos	12	131 143	187 696
Caixa e depósitos bancários	26	93 032	187 376
		<b>13 071 534</b>	<b>11 650 159</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>85 151 098</b>	<b>84 075 848</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital subscrito	13.1	9 906 260	9 906 260
Reservas legais	13.2	1 981 252	1 981 252
Resultados transitados	13.3	3 788 685	3 729 012
Excedentes de revalorização	6	9 065 000	14 017 000
Resultado líquido do período		2 185 312	2 959 672
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>26 926 508</b>	<b>32 593 197</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	15	27 015 750	30 249 815
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	120 997	164 835
Passivo por impostos diferidos	8	47 078	52 076
		<b>27 183 825</b>	<b>30 466 726</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	18	4 125 996	3 102 100
Estado e outros entes públicos	11	427 884	418 765
Empresas do grupo	17	15 313 198	10 631 141
Financiamentos obtidos	15	9 150 515	4 884 244
Outras dívidas a pagar	18	1 984 599	1 943 312
Diferimentos	12	38 573	36 363
		<b>31 040 765</b>	<b>21 015 925</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>58 224 590</b>	<b>51 482 651</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>85 151 098</b>	<b>84 075 848</b>

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
António Carlos Mariano de Sousa
  
(Humberto Manuel dos Santos Pedrosa)

  
(David Humberto Canas Pedrosa)

  
(Carlos Luís Osório Gomes)

  
(António Carlos Mariano de Sousa)

  
(Leonel Marques Mandeiro da Silva)

## Demonstração dos resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Datas	
		31/12/18	31/12/17
Vendas e serviços prestados	19	28 285 986	27 670 757
Subsídios à exploração		72 982	62 806
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	7	843 130	1 524 552
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-6 876 475	-6 902 366
Fornecimentos e serviços externos	20	-10 253 306	-9 597 441
Gastos com o pessoal	21	-10 996 479	-10 355 712
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9	-34 691	-29 050
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-4 118	-8 302
Outros rendimentos	22	5 169 601	4 700 365
Outros gastos	23	-234 146	-285 260
<b>RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS</b>		<b>5 972 484</b>	<b>6 780 349</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-2 539 778	-2 236 430
<b>RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)</b>		<b>3 432 706</b>	<b>4 543 919</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24	475 778	480 770
Juros e gastos similares suportados	24	-1 619 225	-1 868 404
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>2 289 260</b>	<b>3 156 284</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	-103 949	-196 612
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>2 185 312</b>	<b>2 959 672</b>

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
António Carlos Mariano de Sousa

(Humberto Manuel dos Santos Pedrosa)

(David Humberto Canas Pedrosa)

(Carlos Luís Osório Gomes)

(António Carlos Mariano de Sousa)


(Leonel Marques Mandeiro da Silva)

## Demonstração dos resultados por funções


Rubricas	Datas	
	31/12/18	31/12/17
Vendas e prestações de serviços	28 285 986	27 670 757
Custo das vendas e das prestações de serviços	-24 976 871	-22 938 647
<b>Resultado bruto</b>	<b>3 309 115</b>	<b>4 732 110</b>
Outros rendimentos	5 139 856	4 699 084
Gastos de distribuição		
Gastos administrativos	-3 980 396	-3 897 306
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	-1 065 615	-1 015 802
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>3 402 961</b>	<b>4 518 087</b>
Gastos de financiamento (líquido)	-1 113 701	-1 361 802
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>2 289 260</b>	<b>3 156 284</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-103 949	-196 612
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 185 312</b>	<b>2 959 672</b>

A ADMINISTRAÇÃO

 O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
 António Carlos Mariano de Sousa

  
 (Humberto Manuel dos Santos Pedrosa)

  
 (David Humberto Canas Pedrosa)

  
 (Carlos Luís Osório Gomes)

  
 (António Carlos Mariano de Sousa)

  
 (Leonel Marques Mandeiro da Silva)




## Demonstração dos fluxos de caixa

Rubricas	Datas	
	31/12/18	31/12/17
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	31 802 699	31 158 932
Pagamentos a fornecedores	-18 083 642	-18 865 659
Pagamentos ao pessoal	-10 930 304	-10 316 396
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<b>2 788 754</b>	<b>1 976 877</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	0	0
Outros recebimentos / pagamentos	2 481 403	-5 754
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>	<b>5 270 157</b>	<b>1 971 123</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	-7 143 841	-1 569 512
Ativos intangíveis	0	0
Investimentos financeiros	-7 823	-7 655
Outros ativos	0	0
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Ativos fixos tangíveis	422 352	28 957
Outros ativos	85 277	0
Juros e rendimentos similares	475 778	480 770
Dividendos	850 000	1 500 000
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>	<b>-5 318 256</b>	<b>432 561</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	8 584 783	8 037 662
<b>Pagamentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-5 729 962	-7 426 372
Juros e gastos similares	-1 078 451	-1 868 404
Outras operações de financiamento	-1 822 615	-1 695 565
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>	<b>-46 245</b>	<b>-2 952 680</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)</b>	<b>-94 344</b>	<b>-548 996</b>
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	
Caixa e seus equivalentes no início do período	187 376	736 372
Caixa e seus equivalentes no fim do período	93 032	187 376

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
António Carlos Mariano de Sousa
  
(Humberto Manuel dos Santos Pedrosa)

  
(David Humberto Canas Pedrosa)

  
(Carlos Luís Osório Gomes)

  
(António Carlos Mariano de Sousa)

  
(Leonel Marques Mandeiro da Silva)

### Demonstração das alterações no capital próprio

Rubricas		Notas	Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	2017	1	9 906 260	1 924 900	1 013 049	14 017 000	2 772 315	29 633 524
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Aplicação do resultado líquido				56 352	2 715 963		-2 772 315	
Subtotal		2		56 352	2 715 963		-2 772 315	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		3					2 959 672	2 959 672
RESULTADO INTEGRAL		4 = 2 + 3						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	2017	1 + 2 + 3 + 4	9 906 260	1 981 252	3 729 012	14 017 000	2 959 672	32 593 197
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	2018	5	9 906 260	1 981 252	3 729 012	14 017 000	2 959 672	32 593 197
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Variação do justo valor dos ativos Intangíveis		6				-4 952 000		-4 952 000
Aplicação do resultado líquido		13.3			2 959 672		-2 959 672	
Distribuição de dividendos		13.3			-2 900 000			-2 900 000
Subtotal		6			59 672	-4 952 000	-2 959 672	-7 852 000
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		7					2 185 312	2 185 312
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	2018	5 + 6 + 7	9 906 260	1 981 252	3 788 685	9 065 000	2 185 312	26 926 508

A ADMINISTRAÇÃO

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
António Carlos Mariano de Sousa

(Humberto Manuel dos Santos Pedrosa)

(David Humberto Canas Pedrosa)

(Carlos Luís Osório Gomes)

(António Carlos Mariano de Sousa)

(Leonel Marques Mandeiro da Silva)

EVA TRANSPORTES, S. A  
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018  
(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Empresa EVA-Transportes, S.A. (doravante designada por Empresa) é uma entidade detida maioritariamente pela Rodoviária do Alentejo, S.A., empresa detida indiretamente pela Barraqueiro SGPS, S.A., apresentando-se esta última como a empresa mãe da EVA.

A empresa foi constituída em 31/01/1991, tendo a sua sede social em Faro, e tem por objeto social a exploração de transportes públicos rodoviários de passageiros e mercadorias.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do SNC e não existem situações que afetem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC exige que a Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são referidos nas políticas contabilísticas correspondentes.

Assim, as presentes demonstrações financeiras refletem o resultado das operações e a posição financeira da EVA com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, sendo apresentadas em euros.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É da opinião o Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas explanadas no Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”) e respectivas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e respectivas interpretações técnicas (“IFRIC”) adotadas na União Europeia.

A preparação das demonstrações financeiras da EVA exige que a Administração efetue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O SNC estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efetue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela Empresa, são as referidas nas políticas contabilísticas respetivas.

### **Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detetados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

## **3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio do custo histórico, modificada pela aplicação do justo valor quando especificamente indicado nas políticas contabilísticas.

### **3.1. Reconhecimento do rédito**

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

Os rendimentos relativos a títulos vendidos são reconhecidos no mês em que é concretizada a sua venda, por se entender ser esse o momento em que os benefícios económicos futuros associados à transacção fluem para a Empresa.

As receitas recebidas antecipadamente pelos passes, são reconhecidas no mês seguinte, por se entender que a prestação do serviço será efetuada no mês seguinte.

Os rendimentos relativos a alugueres são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado.

### **3.2. Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados pelo método do custo deduzindo as respectivas depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico (novo)	8
Equipamento básico (usado)	4
Equipamento de transporte (novo)	8
Equipamento de transporte (usado)	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração de resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação, que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

### 3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.4. Goodwill

Os valores de goodwill decorrem dos excessos entre o custo de aquisição e o justo valor da associada na data de aquisição. O goodwill é apresentado ao custo, deduzido de amortizações e de perdas de imparidade acumuladas. Os ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o valor do goodwill referente à mesma. Decorrente das alterações introduzidas à NCRF 14 – “Concentração de actividades empresariais” pelo aviso nº 8256/2015, de 29 de julho, o goodwill gerado nessa concentração de actividades empresariais passa a ser amortizado a partir de 1 de Janeiro de 2016, sendo que esta alteração deve ser aplicada de forma prospetiva. Nos termos da NRCF 6 – “Ativos intangíveis”, o goodwill deve ser amortizado pelo seu período de vida útil, ou por um prazo de 10 anos caso não seja possível determinar o período de vida útil com fiabilidade. Desta forma, a partir de 1 de Janeiro de 2016, a Empresa passou a amortizar o goodwill por um período de 3 anos. Adicionalmente, são efetuados testes de imparidade quando existem evidências objetivas de que a respectiva unidade geradora de caixa possa a estar em situação de imparidade.”

### 3.5. Concessões

As concessões estão registadas na rubrica de ativos intangíveis. As concessões encontram-se reconhecidas pelo valor adotado na data de transição para SNC, o qual corresponde ao valor que constava nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios contabilísticos anteriores à transição e que resultou de uma revalorização livre efetuada por uma entidade independente em anos anteriores.

As concessões estão sujeitas a testes de imparidade anuais através de uma avaliação efetuada por uma entidade externa, estando mensuradas do seguinte modo:

- quando o valor da avaliação é inferior ao valor registado na contabilidade, a opção foi ajustar o valor da concessão por contrapartida de capitais próprios (devido ao fato de o registo inicial das concessões também ter sido efetuado por contrapartida de capitais próprios);
- quando o valor da avaliação é superior ao valor registado na contabilidade, a opção foi manter a quantia escriturada.

### 3.6. Investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas

Os investimentos em empresas subsidiárias, objeto de consolidação contábilística no grupo pelo método da consolidação integral, são registados pelo método do custo, de acordo com o preconizado nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações iguais ou superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi ajustado para o valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no exercício em que são atribuídos.

### 3.7. Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para efectuar a venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

### 3.8. Créditos a receber

Os créditos a receber de clientes e outras entidades são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de perdas de imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há uma evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as suas condições originais.

As perdas de imparidade correspondem à diferença entre o valor inicialmente registado e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juro efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração de resultados do período em que são estimadas.

### 3.9. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de "Financiamentos obtidos".

### 3.10. Imparidade de ativos

Em cada data de balanço, é efectuada uma avaliação da existência objectiva de imparidades, nomeadamente das quais resulte um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração de resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados, na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”, e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.11. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente registados pelo seu justo valor deduzido dos gastos de transacção incorridos.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço.

### 3.12. Provisões

São reconhecidas provisões quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos, os respectivos impostos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato, é efectuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação que estejam formal ou substancialmente emitidas nas datas de relato.

#### 3.14. Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

#### 3.15. Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

As diferenças de câmbio resultantes das actualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

#### 3.16. Benefícios pós-emprego

A Empresa procede ao pagamento a colaboradores na situação de reforma, de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social.

Em cada data de relato, a Empresa mantém registada uma provisão para esse efeito constituída com base em estudo actuarial elaborado por uma entidade especializada e independente, que quantifica as responsabilidades pelo pagamento de complementos de pensões a empregados em situação de reforma à data em que a Empresa foi adquirida ao Estado Português. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Empresa obtém um estudo actuarial a 31 de dezembro de cada ano e reforça a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades, por contrapartida da demonstração de resultados do período.

#### 3.17. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

##### Imparidade de créditos a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efetivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efetivas.

A Administração, considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.



#### Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis

A Empresa reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos ativos fixos tangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do ativo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

#### Imparidade de ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes ativos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, conseqüentemente, nos resultados da Empresa.

#### Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a Empresa é parte interessada são constituídas, atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objeto de revisão anual.

#### Concessões

A Empresa procede à valorização contabilística da exploração do serviço concessionado, tendo em conta a sua capacidade de gerar fluxos económicos futuros para as empresas de transporte de passageiros.

A valorização das Concessões para a Empresa é obtida através do método dos fluxos de caixa atualizados, deduzido de passivos não operacionais e acrescido do valor de outros ativos não operacionais para obtenção do valor atual total do negócio.

#### Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Empresa com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa, sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é suscetível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da Empresa durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRC e IVA, eventuais correções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a Empresa se encontra sujeita, pelo que eventuais correções à matéria coletável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

#### Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pelo órgão de gestão da Empresa situações que sejam suscetíveis de provocar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano seguinte ou mesmo que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

#### 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
<u>Custo de aquisição</u>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	2 415 063	6 871 972	29 920 125	300 718	430 105	762 611	35 340	40 735 934
Aquisições		11 870	191 611		15 026	14 745	1 504 639	1 737 892
Alienações			-170 308	-32 980				-203 288
Transferências		81 040	1 323 395	56 740			-1 461 175	
Abates			-42 457		-13 932	-600		-56 989
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	2 415 063	6 964 882	31 222 366	324 478	431 198	776 756	78 804	42 213 549
Aquisições			293 361	103 302	12 937	11 384	6 844 309	7 265 292
Alienações			-1 742 876	-20 000				-1 762 876
Transferências	551 751	1 784 982	4 190 508		32 397	22 112	-6 581 750	0
Abates			-184 998		-11 704	-6 996		-203 697
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	2 966 814	8 749 864	33 778 361	407 781	464 829	803 256	341 363	47 512 268
<u>Amortizações acumuladas</u>								
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	0	4 709 395	24 049 353	168 384	401 389	625 956	0	29 954 478
Depreciações do exercício		237 655	1 662 494	24 973	30 053	31 977		1 987 153
Alienações			-170 308	-10 993				-181 301
Abates			-24 180		-13 932	-600		-38 712
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	0	4 947 051	25 517 361	182 364	417 509	657 333	0	31 721 618
Depreciações do exercício		287 471	1 928 696	28 381	13 381	32 498		2 290 426
Alienações			-1 628 877	-14 166				-1 643 044
Abates			-184 239		-11 704	-6 996		-202 939
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	0	5 234 522	25 632 940	196 578	419 186	682 836	0	32 166 062
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2017</u>	2 415 063	2 017 831	5 705 006	142 114	13 689	119 423	78 804	10 491 931
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2018</u>	2 966 814	3 515 342	8 145 421	211 203	45 642	120 421	341 363	15 346 206

#### 5. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os bens adquiridos em regime de locação financeira eram como segue:

	2018		2017	
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia escriturada
Equipamento básico	11 285 464	4 108 680	7 176 784	5 090 635
Equipamento de transporte	273 513	83 605	189 908	136 281
	11 558 977	4 192 284	7 366 692	5 226 916

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

	Goodwill	Activos intangíveis	Total
<u>Custo de aquisição</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	747 905	14 017 000	14 764 905
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	747 905	14 017 000	14 764 905
Regularizações		-4 952 000	-4 952 000
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	747 905	9 065 000	9 812 905
<u>Amortizações acumuladas</u>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	249 276		249 276
Depreciações do exercício	249 276		249 276
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	498 553		498 553
Depreciações do exercício	249 352		249 352
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	747 905		747 905
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2017</u>	249 352	14 017 000	14 266 352
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2018</u>		9 065 000	9 065 000

No exercício de 2016 a empresa iniciou a amortização do Goodwill registado, aplicando uma taxa de 33,33% (3 anos de amortização). Em 31/12/2018 o valor da amortização acumulada ascende a 747.905€, estando o referido Goodwill totalmente amortizado nesta data.

Anualmente, o valor das concessões é objeto de testes de imparidade, cujo estudo é efetuado por uma entidade independente. Em 31 de Dezembro de 2018, o valor das concessões é de 9.065.000 euros, registando uma diminuição de 4.952.000 euros em relação ao ano anterior.

Com o objetivo de que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial da Empresa, afigura-se necessária a valorização contabilística da exploração do serviço concessionado, tendo em conta a sua capacidade de gerar fluxos económicos futuros para as empresas de transporte de passageiros, conforme preconizado pelas Normas Internacionais Contabilísticas.

Assim sendo, foi efetuada, por uma entidade independente, em Setembro de 2018 com base nas demonstrações financeiras da Empresa, reportadas a 31 de dezembro de 2017, a valorização das Concessões, da qual foi apurado para a Empresa o valor de 9.065.000 euros.

A avaliação foi efetuada utilizando o método dos Fluxos de Caixa Atualizados -DCF-Discounted Cash Flows, deduzido de passivos não operacionais e acrescido do valor de outros ativos não operacionais para obtenção do valor atual total do negócio.

No entanto, dado que o objeto da análise é a atividade de concessões a 31 de dezembro de 2018, não foram considerados quaisquer ativos ou passivos não operacionais ou financeiros que constem nas demonstrações financeiras da Empresa.

As valorizações das concessões são objeto de testes de avaliação com uma periodicidade anual, atualizando o valor das mesmas na rubrica de ativos intangíveis.

Para facilitar o processo de avaliação das concessões que constam do ativo da empresa optou-se por desfazer este trabalho de avaliação das concessões, pelo que a avaliação passa a ser efetuada com efeito a 31 de dezembro de cada ano, nos primeiros meses do ano seguinte, e o efeito dessa avaliação será registado no fecho das contas reportado a 31 de dezembro do ano seguinte.

O efeito da avaliação das concessões com efeitos a 31 de dezembro de 2017 será registado no fecho das contas reportado a 31 de dezembro de 2018.

## 7. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS E ASSOCIADAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de Participações Financeiras, bem como nas respectivas perdas por imparidade foi o seguinte:

	Métodos de equivalência Patrimonial	Outros Investimentos Financeiros	Empréstimos concedidos	Total
<u>Participações financeiras</u>				
Saldo em 1 de Janeiro de 2017	1 693 367	25 241 441	20 700 390	47 635 199
Aquisições		7 655		7 655
Transferências e abates		20 700 390	-20 700 390	
Método de equivalência patrimonial	24 552			24 552
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1 717 919	45 949 487		47 667 406
Aquisições		7 823		7 823
Método de equivalência patrimonial	-6 870			-6 870
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	1 711 049	45 957 309		47 668 358
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2017</u>	1 717 919	45 949 487		47 667 406
<u>Valor líquido em 31 de Dezembro de 2018</u>	1 711 049	45 957 309		47 668 358

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa evidenciava os seguintes investimentos financeiros:

		2018			
Sede		Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada
<u>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</u>					
TRANSLAGOS, Lda	Lagos	473 540	82 214	100,00%	374 219
FROTA AZUL ( ALGARVE ), Lda	Portimão	-1 178 876	-592 418	100,00%	13 389 947
TRANSOL-Transportes e Turismo, S.A	Portimão	5 644 558	92 316	100,00%	6 931 828
BARRAQUEIRO BRASIL PARTICIPAÇÕES, LTDA	Rio de Janeiro	17 791 721	-1 064 720	99,99%	25 042 335
ADANA PARTICIPAÇÕES, LTDA	Recife	-853		0,20%	0,43
PXM - TRANSP. RODOV. URBANOS DE FARO, S.A	Faro	854 406	329 695	100,00%	157 645
<u>Associadas (Método da equivalência patrimonial)</u>					
ISIDORO DUARTE, SA	Mafra	2 209 636	-126 774	40,00%	1 711 049
<u>Outras empresas</u>					
R.N.E - Rede Nacional de Expressos, Lda	Lisboa	1 720 552	326 366	12,30%	30 676
GARVAL- SOC. GARANTIA MUTUA, S. A.	Santarem			0,01%	3 750
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA, S. A.	Porto			0,01%	3 750
<u>Outros Investimentos</u>					
FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO					22 658
Titulos de Capital CCAM					500
Total		27 514 684	-1 156 241		47 668 358

		2017			
Sede		Capital Próprio	Resultado líquido	% detida	Quantia escriturada
<u>Subsidiárias (ao custo de aquisição)</u>					
TRANSLAGOS, Lda	Lagos	591 326	251 399	100,00%	374 219
FROTA AZUL ( ALGARVE ), Lda	Portimão	354 542	-282 268	100,00%	13 389 947
TRANSOL-Transportes e Turismo, S.A	Portimão	6 052 242	534 870	100,00%	6 931 828
BARRAQUEIRO BRASIL PARTICIPAÇÕES, LTDA	Rio de Janeiro	21 056 159	-1 167 133	99,99%	25 042 335
ADANA PARTICIPAÇÕES, LTDA	Recife	-853		0,20%	0,43
PXM - TRANSP. RODOV. URBANOS DE FARO, S.A	Faro	674 711	303 172	100,00%	157 645
<u>Associadas (Método da equivalência patrimonial)</u>					
ISIDORO DUARTE, SA	Mafra	2 358 498	32 998	40,00%	1 717 919
<u>Outras empresas</u>					
R.N.E - Rede Nacional de Expressos, Lda	Lisboa	1 394 185	227 620	12,30%	30 676
GARVAL- SOC. GARANTIA MUTUA, S. A.	Santarem			0,01%	3 750
NORGARANTE - SOC. GARANTIA MUTUA, S. A.	Porto			0,01%	3 750
<u>Outros Investimentos</u>					
FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO					14 836
Titulos de Capital CCAM					500
Total		32 480 810	-99 342		47 667 406

Nas contas individuais, as participações financeiras encontram-se registadas de acordo com o seguinte critério:

Entidades	Política contabilística
Incluídas na consolidação contabilística	Método de custo
Não incluídas na consolidação contabilística:	Método de equivalência patrimonial
- Participação igual ou superior a 20%	

#### 8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa normal, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do lucro tributável entre 1.500.000 e 7.500.000 Euros 5% para lucro tributável entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros e 9% para lucro tributável que exceda os 35.000.000 Euros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme segue:

	2018	2017
Imposto sobre o rendimento:		
Imposto corrente	77 920	166 001
Derrama	4 634	9 872
Tributação autónoma	26 393	25 738
Imposto diferido	-4 998	-4 998
	<u>103 949</u>	<u>196 612</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Passivos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de Janeiro	52 076	57 074
Movimentos do exercício:		
Reavaliações	-4 998	-4 998
	<u>-4 998</u>	<u>-4 998</u>
Saldo final	<u><u>47 078</u></u>	<u><u>52 076</u></u>

## 9. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos inventários são conforme se segue:

	<u>2018</u>		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	907 621	213 878	693 744
	<u>907 621</u>	<u>213 878</u>	<u>693 744</u>
	<u>2017</u>		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	828 650	179 187	649 464
	<u>828 650</u>	<u>179 187</u>	<u>649 464</u>

A evolução dos ajustamentos ao valor realizável líquido de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo em 1 de Janeiro	179 187	150 137
Aumentos	37 356	32 837
Reversões	-2 665	-3 787
Saldo final	<u><u>213 878</u></u>	<u><u>179 187</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, reconhecido na demonstração de resultados, tem a seguinte composição:

	2018	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	828 650	828 650
Compras	6 978 804	6 978 804
Regularizações	-23 358	-23 358
Saldo final	907 621	907 621
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	<u>6 876 475</u>	<u>6 876 475</u>

	2017	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	739 724	739 724
Compras	7 019 288	7 019 288
Regularizações	-27 996	-27 996
Saldo final	828 650	828 650
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	<u>6 902 366</u>	<u>6 902 366</u>

#### 10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos clientes são conforme se segue:

2018		
Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
2 390 568	89 338	2 301 230
<u>2 390 568</u>	<u>89 338</u>	<u>2 301 230</u>

2017		
Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
2 150 996	85 221	2 065 776
<u>2 150 996</u>	<u>85 221</u>	<u>2 065 776</u>



A evolução das perdas por imparidade acumuladas de clientes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Saldo em 1 de Janeiro	85 221	272 844
Aumentos	5 870	8 402
Reversões	-1 752	-100
Utilizações		-195 925
Saldo final	<u>89 338</u>	<u>85 221</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos outros créditos a receber são conforme se segue:

#### Outras contas a receber

	2018	2017
Entidades Grupo	450 893	464 788
Entidades não Grupo	3 121 807	1 897 818
	<u>3 572 700</u>	<u>2 362 605</u>

#### Decomposição da rubrica:

	2018	2017
Fornecedores - Saldo devedor	15 704	5 616
Pessoal- Adiantamentos	30 620	32 240
Pessoal- Outras operações	2 006	16 696
Devedores e credores por acréscimos	121 246	40 309
Outros devedores e credores	3 403 124	2 267 744
	<u>3 572 700</u>	<u>2 362 605</u>

## 11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2018	2017
<u>Activos correntes:</u>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado ("IVA"):		
A recuperar/pagar	4 214	2 180
Reembolsos pedidos	90 000	330 000
	<u>94 214</u>	<u>332 180</u>
 <u>Passivos correntes:</u>		
Singulares ("IRS")	117 911	111 915
Contribuições para a Segurança Social	309 973	306 850
	<u>427 884</u>	<u>418 765</u>

## 12. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Diferimentos activos:</u>		
Rendas pagas antecipadamente	2 455	2 347
Seguros pagos antecipadamente	1 772	1 729
Juros pagos antecipadamente	102 326	153 699
Outros gastos a reconhecer	24 589	29 921
	<u>131 143</u>	<u>187 696</u>
<u>Diferimentos passivos:</u>		
Rendas recebidas	3 246	3 246
Receitas de passes	32 888	32 304
Outros rendimentos a reconhecer	2 439	813
	<u>38 573</u>	<u>36 363</u>

## 13. CAPITAL PRÓPRIO

### 13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.981.252 acções com o valor nominal de 5,00 Euros, cada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os detentores do capital social da Empresa são como se segue:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>	<u>Valor</u>
<b>RODOVIÁRIA DO ALENTEJO, S.A.</b>	99,9999%	9 905 760
<b>OUTROS</b>	0,0001%	500
	<u>100%</u>	<u>9 906 260</u>

### 13.2. Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### 13.3. Outras reservas e resultados transitados

No presente exercício de 2018, o resultado líquido de 2017 foi aplicado da seguinte forma: 59.672 euros transferidos para Resultados transitados e o remanescente 2.900.000 euros para distribuição de dividendos.

### 14. PROVISÕES E GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

#### GARANTIAS:

Entidade	2018	2017
CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA	15 181	15 181
MUNICIPIO DE FARO	7 481	7 481
DIR. GERAL TRANSP. TERRESTRES	736	736
DIR. GERAL TRANSP. TERRESTRES	2 484	2 484
DIR. GERAL TRANSP. TERRESTRES	374	374
DIR. GERAL TRANSP. TERRESTRES	374	374
DIR. GERAL TRANSP. TERRESTRES	374	374
LOULÉ CONCELHO GLOBAL, EM	107 640	107 640
MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	300 750	300 750
MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	10 400	
DGI-SERVIÇOS DE FINANÇAS DE FARO		1 456 455
DGI-SERVIÇOS DE FINANÇAS DE FARO		1 160 107
DGI-SERVIÇOS DE FINANÇAS DE FARO		1 153 867
MUNICIPIO DE LOULÉ		31 383
MUNICIPIO DE LOULÉ	32 392	
MUNICIPIO DE FARO	21 000	21 000
MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	105 500	105 500
	604 686	4 363 706

### 15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha a seguinte composição:

FINANCIAMENTOS	2018	2017
<u>Não corrente:</u>		
Empréstimos bancários	17 699 800	24 539 236
Contas caucionadas	4 165 000	2 495 000
Locação financeira	5 150 950	3 215 579
	27 015 750	30 249 815
<u>Corrente:</u>		
Empréstimos bancários	6 839 437	3 146 699
Locação financeira	2 120 843	1 542 047
Descobertos Bancários D.O.	190 235	195 498
	9 150 515	4 884 244

Os prazos de reembolso relativamente ao saldo registado em financiamentos não correntes detalham-se como segue:

<u>Não corrente:</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
2019		10 643 446
2020	18 448 687	13 462 804
2021	6 785 508	5 960 402
2022	994 810	183 163
2023	786 745	

#### 16. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Conforme indicado na Nota 3.18., a Empresa assumiu o compromisso relativamente ao pagamento de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social aos colaboradores em situação de reforma.

A avaliação atuarial mais recente dos ativos do plano e do valor presente da obrigação de benefícios definidos foi efetuada em 2017 por BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA. O valor presente da obrigação de benefícios definidos e o custo dos serviços correntes e dos serviços passados relacionados foram mensurados através do método da unidade de crédito projectada.

Os principais pressupostos seguidos na avaliação atuarial atrás referida foram os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tábua de Mortalidade	88/90	88/90
Taxa de desconto	1,0%	0,8%
Taxa de crescimento das pensões	0,0%	0,0%

Os benefícios pós-emprego do ano 2018 tiveram uma redução de 43.838 €, em relação ao ano anterior.

## 17. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

Empresas do Grupo	2018	2017
<u>Ativo corrente:</u>		
FROTA AZUL (ALGARVE)	1 000 000	1 200 000
BARRAQUEIRO BRASIL	5 185 472	4 665 062
	6 185 472	5 865 062
<u>Passivo corrente:</u>		
TRANSLAGOS	50 000	250 000
BARRAQUEIRO SGPS	15 175 244	10 200 390
BARRAQUEIRO SGPS-IRC	87 954	180 751
	15 313 198	10 631 141

## 18. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe dos Fornecedores são conforme se segue:

### Fornecedores

	2018	2017
Entidades Grupo	950 882	737 978
Entidades não Grupo	3 175 114	2 364 122
	4 125 996	3 102 100

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o detalhe das outras contas a pagar são conforme se segue:

### Outras contas a pagar

	2018	2017
Entidades Grupo	212 367	410 353
Entidades não Grupo	1 772 232	1 532 958
	1 984 599	1 943 312

Decomposição da rubrica:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Clientes - Saldo credor		65
Pessoal- outras operações	4 792	5 880
Fornecedores de investimento	288 207	168 380
Devedores e credores por acréscimos	1 449 658	1 420 215
Outros devedores e credores	241 942	348 771
	<u>1 984 599</u>	<u>1 943 312</u>

## 19. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de “Serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços regulares de transporte de passageiros:		
Bilhetes	18 501 226	17 941 105
Passes Interurbanos	3 123 611	3 020 280
Serviços de transporte de mercadorias	47 114	39 047
Serviços de aluguer de autocarros de passageiros	6 614 035	6 670 325
	<u>28 285 986</u>	<u>27 670 757</u>

## 20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subcontratos	871 726	747 971
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	2 265 690	2 217 684
Publicidade e propaganda	10 303	21 286
Vigilância e segurança	152 064	126 110
Honorários	55 024	54 219
Comissões	624 397	634 868
Conservação e reparação	1 238 816	1 048 755
Materialis	131 792	88 704
Energia e fluidos	2 122 583	2 060 381
Deslocações, estadas e transportes	347 005	348 917
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	390 183	280 732
Comunicação	76 373	72 220
Seguros	205 409	191 165
Contencioso e notariado	3 234	4 402
Despesas de representação	4 195	4 688
Limpeza, higiene e conforto	274 351	258 859
Outros serviços	1 480 160	1 436 481
	<u>10 253 306</u>	<u>9 597 441</u>

## 21. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de “Gastos com o pessoal” apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações dos órgãos sociais	19 250	18 250
Remunerações do pessoal	8 704 469	8 414 480
Indemnizações	307 051	36 528
Encargos sobre remunerações	1 815 991	1 750 103
Seguro de acidentes de trabalho	64 047	71 964
Gastos de acção social	14 851	5 410
Outros gastos	70 820	58 977
	<u>10 996 479</u>	<u>10 355 712</u>

Durante os períodos de 2018 e 2017, o número médio de pessoal foi 432 e 438 empregados, respetivamente.

## 22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O detalhe da rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimentos suplementares	2 015 068	1 979 788
Descontos de pronto pagamento	29 745	25 832
Ganhos em alienação de activos tangíveis	321 298	15 957
Outros	2 803 490	2 678 787
	<u>5 169 601</u>	<u>4 700 365</u>

A rubrica “Outros” inclui o reconhecimento de proveitos respeitante a cedência de gasóleo no montante de 2 259 740 euros.

## 23. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de “Outros gastos e perdas” apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos e taxas	74 082	78 471
Perdas em inventários	34 570	27 996
Donativos	1 400	200
Multas fiscais e não fiscais e penalidades	8 350	9 926
Outros	115 744	168 668
	<u>234 146</u>	<u>285 260</u>

#### 24. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os juros e outros rendimentos e gastos similares apresentavam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros obtidos:		
Outros financiamentos concedidos	444 743	464 781
Outros rendimentos similares	<u>31 036</u>	<u>15 989</u>
	<u>475 778</u>	<u>480 770</u>
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	489 273	553 247
Locações financeiras	79 515	86 982
Outros financiamentos	261 743	248 106
Diferenças de câmbio desfavoráveis	540 773	726 814
Outros gastos e perdas de financiamento	<u>247 921</u>	<u>253 255</u>
	<u>1 619 225</u>	<u>1 868 404</u>



## 25. PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 99,9999 % pela Rodoviária do Alentejo, SA, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas na entidade Barraqueiro SGPS.

No decurso dos exercícios findos em 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

### Ano 2018

	Compras de inventários	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Vendas activos fixos	Serviços prestados	Juros obtidos	Total
<b>Accionistas</b>								
Rodoviária do Alentejo		28 157	30 076		-80 853	-48 111		-70 731
<b>Subsidiárias</b>								
Translagos, Lda			23 431	1 561		-405 488		-380 496
Frota Azul(Algarve). Lda			1 773 231			-2 485 954	-18 339	-731 062
Transol			37 411			-967 471		-930 061
Barraqueiro Brasil							-426 404	-426 404
PXM		140 850	7 613			-672 972		-524 509
<b>Associadas</b>								
Isidoro Duarte						-16 433		-16 433
<b>Outras partes relacionadas</b>								
R.N.E - Rede Nacional de Expressos			215 809			-6 212 284		-5 996 476
Rodinorm			24 750					24 750
Barraqueiro SGPS			732 000	194 445				926 445
Barraqueiro Transportes	847	26 192	169 949		-261 200	-28 237		-92 449
Rodoviária de Lisboa						-292		-292
Ribatejana			217					217
Rodoviária do Tejo			176			-21 299		-21 123
Rodo Cargo						-1 073		-1 073
António Silva Cruz e Filhos		3 900	650					4 550
Atlantic Cargo						-32 925		-32 925
Rodoviária do Lis			209			-95		114
Rodoviária do Oeste			370			-15 411		-15 041
Marques			294			-1 310		-1 016
EBGB	1 547 854		1 049 106					2 596 961
JJ SAC			0			-4 755		-4 755
Henrique Leonardo Mota						-1 825		-1 825
Citirama			20 039					20 039
Mundial Turismo			31 015			-53 452		-22 437
<b>Total</b>	<b>1 548 701</b>	<b>199 099</b>	<b>4 116 346</b>	<b>196 007</b>	<b>-342 053</b>	<b>-10 969 388</b>	<b>-444 743</b>	<b>-5 696 031</b>

### Ano 2017

	Compras activos fixos	Serviços obtidos	Juros suportados	Serviços prestados	Juros obtidos	Total
<b>Accionistas</b>						
Rodoviária do Alentejo	27 305	2 868		-45 221		-15 047
<b>Subsidiárias</b>						
Translagos, Lda		28 051	10 981	-293 682		-254 649
Frota Azul (Algarve), Lda		1 552 447		-2 782 665	-28 598	-1 258 816
Transol	1 100	78 523	114	-968 227		-888 491
Barraqueiro Brasil					-436 183	-436 183
PXM		11 168		-648 447		-637 279
<b>Associadas</b>						
Isidoro Duarte				-3 474		-3 474
<b>Outras partes relacionadas</b>						
R.N.E - Rede Nacional de Expressos		227 488		-5 715 751		-5 488 263
Rodinorm	5 760	22 512				28 272
Barraqueiro SGPS		696 000	206 040			902 040
Barraqueiro Transportes	47 203	177 814		-17 054		207 963
Rodoviária de Lisboa				-902		-902
Rotagus		684 000				684 000
Rodoviária do Tejo		721		-379		342
Rodo Cargo		1 500		-786		714
Atlantic Cargo				-62 171		-62 171
Rodoviária do Lis		1 287		-571		716
Rodoviária do Oeste		0		-100		-100
Marques		110		-1 160		-1 050
EBGB		189 723				189 723
CGDP		203 865				203 865
Citirama		13 723		-750		12 973
Mundial Turismo		175 972		-74 211		101 761
<b>Total</b>	<b>81 368</b>	<b>4 067 772</b>	<b>217 135</b>	<b>-10 615 550</b>	<b>-464 781</b>	<b>-6 714 056</b>

Em 2018 e 2017 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Ano 2018

	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Prestações acessórias e suprimentos	Total
<b>Accionistas/Sócios</b>				
Rodoviária do Alentejo	6 481	-2 876		3 605
<b>Subsidiárias</b>				
Translagos, Lda	44 600	-6 797	-50 000	-12 197
Frota Azul (Algarve), Lda	188 270	-155 110	1 000 000	1 033 160
Transol	34 477	-767		33 710
Barraqueiro Brasil	426 404		5 185 472	6 038 281
PXM	70 656	-84 732		-14 075
<b>Associadas</b>				
Isidoro Duarte	7 554			7 554
<b>Outras partes relacionadas</b>				
R.N.E - Rede Nacional de Expressos	811 644	-290 895		520 748
Rodinorm		-4 367		-4 367
Barraqueiro SGPS		-468 723	-15 175 244	-15 643 966
Barraqueiro Transportes	11 272	-60 252		-48 980
Rodoviária de Lisboa	216			216
Rodoviária do Tejo	5 207			5 207
António Silva Cruz e Filhos		-788		-788
Atlantic Cargo	1 414			1 414
EBGB		-87 867		-87 867
Rodoviária do Oeste		-345		-345
Rodoviária do Lis		-288		-288
Ribatejana		-230		-230
Transviagens	31			
Mundial Turismo	145 623	-2 368		143 255
<b>Total</b>	<b>1 753 849</b>	<b>-1 166 404</b>	<b>-9 039 771</b>	<b>-8 025 954</b>

Ano 2017

	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Prestações acessórias e suprimentos	Total
<b>Accionistas</b>				
Rodoviária do Alentejo	7 569	-33 751		-26 182
<b>Subsidiárias</b>				
Translagos, Lda	32 722	-13 632	-250 000	-230 910
Frota Azul (Algarve), Lda	165 502	-271 078	1 200 000	1 094 423
Transol	17 640	-2 345		15 295
Barraqueiro Brasil	236 183		4 665 062	5 137 429
PXM	65 539	-64 730		809
<b>Associadas</b>				
Isidoro Duarte	1 308			1 308
<b>Outras partes relacionadas</b>				
R.N.E - Rede Nacional de Expressos	575 708	-266 782		308 926
Rodinorm		-4 652		-4 652
Barraqueiro SGPS	93	-336 200	-10 200 390	-10 536 498
Barraqueiro Transportes	6 598	-97 926		-91 329
Rodoviária de Lisboa	36			36
Rodoviária do Tejo	149			149
Rodo Cargo	384			384
Atlantic Cargo	3 950			3 950
EBGB		-26 736		-26 736
Rodoviária do Lis		-1 583		-1 583
CGDP		-28 681		-28 681
Citirama		-1 686		-1 686
Mundial Turismo	194 229	-3 254		190 975
<b>Total</b>	<b>1 307 609</b>	<b>-1 153 037</b>	<b>-4 585 328</b>	<b>-4 194 572</b>

## 26. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a mesma inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A discriminação da caixa e depósitos bancários, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, detalha-se conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	250	250
Depósitos bancários	<u>92 782</u>	<u>187 126</u>
	93 032	187 376
Descobertos bancários	<u>-190 235</u>	<u>-195 498</u>
	<u>-97 203</u>	<u>-8 122</u>

## 27. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço, que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não se verificaram quaisquer eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Empresa que afetem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.




OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GREINHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MÁRIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO COM RESERVA

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **EVA TRANSPORTES, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 85.151.098 euros e um total de capital próprio de 26.926.508 euros, incluindo um resultado líquido de 2.185.312 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao possível efeito da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVA

Tal como descrito nas notas 3 e 7 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 e exercícios anteriores, os investimentos em subsidiárias são reconhecidos pelo método do custo de aquisição.

De acordo com a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, os investimentos em subsidiárias deverão ser reconhecidos de acordo com o método da equivalência patrimonial.

Consequentemente, não nos é possível aferir sobre a razoabilidade dos saldos, nomeadamente dos seus impactos nas rubricas de investimentos em subsidiárias, resultados do exercício e resultados transitados.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

#### **RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2019

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por



Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,


1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Conselho Fiscal elaborar relatório e emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas da **EVA TRANSPORTES, S.A.** (Empresa), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
2. Ao longo do exercício, o Conselho Fiscal desempenhou com regularidade as funções que lhe foram confiadas, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes e apreciado as contas e os atos de gestão mais relevantes da Empresa, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. Da Administração, o Conselho Fiscal recebeu todos os esclarecimentos e informações solicitados.
3. No encerramento do exercício foram-nos presentes pelo Conselho de Administração os documentos de prestação de contas que incluem a proposta de aplicação de resultados.
4. O Conselho Fiscal tomou também conhecimento da Certificação Legal das Contas relativa ao exercício em apreço, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
5. **Parecer**

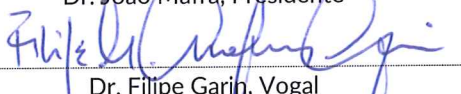
Face ao que antecede, e apreciados os documentos referidos nos números anteriores, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:


- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2018, tal como foram apresentados pela Administração;
  - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Administração.
6. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Empresa toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 28 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL

  
Dr. João Mafra, Presidente

  
Dr. Filipe Garin, Vogal

  
OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA., Vogal  
Representada por  
Dr. Joaquim de Jesus, ROC nº 1056